

A expansão da ocupação das terras de Rondônia e o fluxo migratório exigiram uma política de controle e regularização da posse das terras da União e levaram a uma ação do Governo em assentar essa população emigrada em núcleos coloniais planejados. Aí entrou em ação o INCRA que, através de projetos de colonização e pela ação patriótica de seus servidores não permitiu que o caos se implantasse em Rondônia. Possui o Território Federal de Rondônia uma superfície de 243 mil quilômetros quadrados, ou sejam, 2 milhões e 430 mil hectares cobertos pela faixa de fronteira de 150 quilômetros e abrangido pelo Decreto-lei nº 1.164/71, 100 quilômetros de cada lado das rodovias da Amazônia Legal e cuja situação jurídico-fundiária apresenta enorme complexidade. O Território de Rondônia está todo ele coberto por terras da União: faixa de fronteira, 150 quilômetros, faixa ao longo das rodovias 319 e 364, do Decreto-lei nº 1.164. São terras que estão sob o domínio da União. Em todo o Território apenas 5,7% das terras são tituladas. Dentre as demais situações o corre no conjunto uma grande incidência de terras, 60,7% sem domínio pleno dentro da sistemática jurídica. Até 1974, 25% da superfície do Território estava em detenções irregulares, residindo aí o grande entrave na liberação de áreas para colonização. Áreas imensas, que representavam 25% do Território, a tal ponto que em certo momento, em 1974, o INCRA não teve mais terras para executar a política fundiária, porque as terras estavam em litígio na Justiça, por detenções irregulares. O INCRA conseguiu arrecadar grande parte dessas terras por desapropriação, por ação judicial e em 1976 a situação tinha evoluído para essa que está aí representada, diminuindo consideravelmente as detenções irregulares dentro do Território de Rondônia. Persistem alguns casos em discussão a nível do INCRA e do Conselho de Segurança Nacional, sobre direitos de algumas dessas detenções irregulares, mas o assunto, sempre tratado dentro da forma legal, e dos permissivos legais em vigor. O então projeto fundiário de Rondônia lutou tenazmente para a arrecadação de um milhão, 340 mil, 835 hectares das terras detidas irregularmente e devolveu-as ao patrimônio público, a fim de proporcionar acesso pacífico à terra àqueles que dela necessitam. O Território de Rondônia está totalmente coberto por 4 projetos fundiários: o Projeto Alto Madeira, o Projeto Jaru-Ouro Preto, o Projeto Fundiário Columbiara e o Projeto Fundiário Guajará-Mirim, com a unidade fundiária de Costa Marques. Esses projetos que representam setores administrativos da coordenadoria do INCRA, cuja sede fica em Rio Branco, vem executando um trabalho de maior importância na discriminação das terras devolutas da União e no assentamento de colonos. O Projeto Fundiário Alto Madeira tem uma área física de 5 milhões e 500 mil hectares, dos quais já foram transcritos em nome da União cerca de 447 mil hectares e nesses projetos estão encravadas as seguintes áreas: área do Parque Indígena de Caritinas e de Ribeirão, somando 81 mil e 600 hectares. Temos, no Projeto Alto Madeira, domínio particular de 6 mil, 335 hectares. Temos uma pretensão de uma empresa chamada GAINSA, de 600 mil hectares. Pretensão está sendo discutida a nível de Conselho de Segurança. E a ser discriminada nessa área para separar as terras devolutas, nós temos, só nesse Projeto, 5 milhões de hectares. O INCRA, no momento, dispõe de toda a programação para iniciar essa discriminação, de acordo com a Lei nº 6.383, de dezembro de 76, que deu ao INCRA a possibilidade de executar uma discriminação rápida, dentro do âmbito administrativo e judicial. E isso tem uma importância imensa em Rondônia, porque permitirá, com rapidez, separar-se, dentro do Território, as propriedades particulares das terras da União. O Projeto Fundiário Jaru-Ouro Preto tem uma área física de 5 milhões de 500 mil hectares, dos quais já transcritos em nome da União, isto é, já discriminados, um milhão e 61 mil hectares e deverão ser transcritos este ano um milhão e 500 mil hectares. Nesse projeto fundiário estão localizados o Projeto Integrado Ouro Preto, o Projeto Integrado Padre Adolfo Rol, que somam 935 mil hectares. Tem domínio particular somente de 451 mil hectares e a ser discriminado nessa área ainda restam 2 milhões, 466 mil hectares. O Projeto Fundiário Columbiara tem

uma área física de 5 milhões, 753 mil hectares, sendo transcritos em nome da União 2 milhões e 300 mil hectares; no Projeto Integrado Paulo Assis Ribeiro, 413 mil e 500 hectares. Na reserva florestal Pedras Negras, 250 mil hectares. A ser transcrito em nome do INCRA, 397 mil hectares. Reservas indígenas, 995 mil, 600 hectares. Neste Projeto Columbiara a União já havia arrecadado uma grande área que levou à licitação e que constitui hoje a área chamada Columbiara, onde médios e grandes empresários estão implantando uma colonização do território. O Projeto Fundiário Guajará-Mirim é o maior, com uma superfície de 7 milhões de hectares, distribuídos no Projeto Integrado de Colonização Sidney Girão, de 60 mil hectares; diversas áreas indígenas com 401 mil e 600 hectares; reserva florestal, 1 milhão, 500 mil hectares; área de regularização em Costa Marques, de 33 mil hectares; e para discriminar, 6 milhões, 346 mil hectares. Assim, em resumo, a situação fundiária indica que no Território Federal de Rondônia existem para discriminar, 15 milhões e 500 mil hectares de terras. Em domínio particular já definido, 6 milhões, 700 mil hectares; em área indígena, 1 milhão e 478 mil hectares, áreas estas que estão sendo, no momento, quase todas elas demarcadas pela FUNAI; em projetos de colonização já tem 2 milhões, 370 mil hectares de áreas definidas. De grande importância na política fundiária é a apuração das terras devolutas, isto é, identificação das propriedades particulares legitimamente constituídas. O INCRA, disposto agora da Lei nº 6.383, de 7.12.76, que agiliza o processo discriminatório, está em condições de apurar o patrimônio devoluto para lhe dar a destinação, aplicando a programas específicos de reforma agrária e colonização. A programação para a ação discriminatória está elaborada para ser cumprida de acordo com os recursos disponíveis."

#### A GRILAGEM E OS CONFLITOS

"São 15 milhões de hectares que exigirão um minucioso trabalho de levantamento e os trabalhos de topografia, de vistoria, de identificação são trabalhos caros. Nem o INCRA, nem o Governo Federal teriam condições de realizar isso em prazo muito rápido. O Território apresenta, no momento, dentro do aspecto fundiário, áreas-problemas, áreas de tensão social e nós vamos citar aqui alguns casos que nos parecem mais relevantes: nós temos no Território, no momento, uma área de 600 mil hectares, que é de pretensão de uma empresa chamada GAINSA - Guaporé Industrial - que se instalou no Território. Ela discute essa área hoje com o Conselho de Segurança Nacional. Há possibilidade de regularização de uma parte dessa área, porquanto, alguns títulos apresentados poderão ser considerados bons. No entanto, nessa área que a GAINSA pretende e disputa, existe desacordo com as demarcações feitas pelo INCRA e ela ampliou exageradamente aquilo que constava dos títulos iniciais. Mas é um problema que hoje está contornado. Ela parou suas atividades no Território até que haja um pronunciamento definitivo sobre o assunto. Existe uma outra pretensão na Vila de Ariquemes, que pertence a uma firma de Santa Catarina, de Hugo Frai. Essa, definitivamente talvez já resolvida pelo INCRA e pelo Conselho de Segurança Nacional, assuntos também já acordados entre as partes. Pretensão da Empresa Rio Candeias, firma do Rio Grande do Sul, pertenceu ao Grupo Eberle e hoje pertence a outro, o Grupo DESORCE, do Rio Grande do Sul, de Caxias do Sul. É também uma área que causou muitos problemas mas que hoje, graças à boa vontade do Grupo DESORCE e graças às gestões feitas junto ao Conselho de Segurança Nacional pelo INCRA, deverá ser regularizada em parte, porque as pretensões eram muito altas e não seria possível conciliá-las com os diplomas legais apresentados. Está em discussão também. A Rio Candeias praticamente também paralisou todas as suas atividades no Território, até que sejam regularizadas suas terras. Pretensão da Rio Madeira: essa Rio Madeira é um caso especial; foi uma área desmembrada da área da GAINSA, dessa pretensão de 600 mil hectares e vendida a um grupo inglês, um grupo

da Malásia e esse grupo está lutando também pelo regularização da área. Dificilmente será regularizada. No entanto, eles estão trabalhando e fizeram grandes investimentos na área. Na área da Calama: a Calama é uma empresa pioneira no Território, que tinha pretensão de 1 milhão de hectares situados em vários pontos do Território e, após a discriminação efetuada pelo INCRA, essa pretensão ficou reduzida a 114 mil hectares. Após uma série de demarques, a Calama, está regularizando a situação dos colonos que ela levou para o Território, porque é uma colonizadora particular. Está tentando regularizar a situação desses colonos através de um projeto apresentado e aprovado pelo INCRA. Não tem sido fácil o trabalho de regularização dessa área, onde centenas, talvez milhares de colonos compraram terras da Calama. A outra parte da Calama que ela pretendia foi passada e já transferida para o patrimônio da União, pelo INCRA. Temos a área do Muqui. Essa é uma área de graves tensões, infelizmente tensões criadas, provocadas e alimentadas. Mas trata-se de uma área que desde 1970 vem sofrendo uma série de dificuldades, sendo palco de uma série de incidentes, mas que o INCRA na sua parte de regularização, regularizou ao seringueirista proprietário dessa área 21 mil hectares, quando a sua pretensão era de 200 mil hectares. Mas mesmo assim a área regularizada tem sido sistematicamente invadida e ocupada, causando uma série de choques dentro do Território. No entanto, o Governo do Território, juntamente com a Polícia Federal, estão atentos, identificando realmente os invasores dos verdadeiros posseiros da região. Esta área do Muqui, nós acreditamos que em breve ela estará com a sua situação tranqüila. A área do Posto Indígena 7 de Setembro - esta é um caso clamoroso ocorrido no Território - uma pseudocolonizadora, chamada Itaporanga, cujos irmãos se atendem pelo nome de Melhorança, lotearam a área indígena. Advertidos, levados à Justiça, eles não recuaram e continuaram o loteamento e lá colocaram centenas e milhares de colonos levados do Sul do País. E diga-se de passagem, colonos de boa fé, homens que trabalhavam, estão promovendo o desenvolvimento do Território, sendo que essa área encravada dentro da área indígena é realmente excepcionalmente rica e produtiva, mas de difícil regularização, porquanto está dentro da área interdita pela FUNAI. Hoje, através de uma série de providências, de trabalhos, chegou-se ao ponto de se recuar a área indígena para que se pudesse liberar o mais possível os colonos irregularmente assentados pela Itaporanga. Ainda nesta região, que tem sido noticiário no Brasil inteiro, por choques com os índios Suruí, por choques entre colonos, invasores naquela área e onde tem aparecido elementos suspeitos até de fomentar na região as lutas pela posse da terra, essa área está sendo vítima de invasões também por colonos desavisados. Ainda recentemente retirados de dentro da área indígena, já demarcada a parte sul pela FUNAI, agora, no fim do ano passado, centenas de novos invasores. E ontem, ao vir para cá, recebemos uma nova comunicação da FUNAI, que a área estava sob processo de invasão. E o que é curioso é que as pessoas envolvidas no fato são sempre as mesmas. Estão realmente naquela área conduzindo invasores para dentro da área indígena em desrespeito ao que já foi determinado, em desrespeito à demarcação já efetuada. No entanto, é uma área de tensão dentro do Território e que vem causando graves problemas para o governo do Território e para a FUNAI. Ainda recentemente, próximo da fronteira com o Mato Grosso, no Parque Indígena do Aripuanã, uma invasão estava sendo efetuada, em área também já em demarcação pela FUNAI. E lá não são realmente colonos, mas são fazendeiros que estão entrando e grilando grandes extensões da área indígena. A Polícia Federal já está em ação, retirando esses invasores da área do Aripuanã. Eu somente menciono de passagem esses casos, que são os mais graves e mais sérios existentes no Território. Particularmente, tudo que diz respeito ao PIC Jy-Paraná, que se situa ao sul do Posto Indígena 7 de Setembro. A ação discriminatória e a caracterização fundiária estão propiciando um conhecimento da situação da dominialidade das terras, ao mesmo tempo que identificou e localizou os principais atritos oriundos da tenência. A área de maior procura de terras e, conse-

quentemente, de tensão, é a situada no eixo da BR-364, no trecho entre Ariquemes e Pimenta Bueno, numa extensão de 300 quilômetros e numa faixa de 40 quilômetros, em média, para cada lado da rodovia. A migração desordenada, em ondas crescentes e ante a impossibilidade física do INCRA de agir preventiva e tempestivamente gerou um comércio marginal, de mera especulação, dirigida pelo enriquecimento fácil de transferência de benfeitorias, de direitos de posses ou ocupação, ou até mesmo de propriedades inexistentes, a preços elevados e equiparados ao próprio domínio pleno."

#### SOBRE A COLONIZAÇÃO

"A abertura da então BR-29, hoje BR-364, Cuiabá-Porto Velho, colocou Rondônia em ligação com o Centro-Sul do País. A abertura definitiva da ligação com o Centro-Sul e mais a estratégia estabelecida pelo Programa de Integração Nacional, PIN, produziram o início do fluxo migratório, o que levou o INCRA a planejar o seu primeiro projeto integrado de colonização, PIC-Ouro Preto, responsável pela primeira grande marcha para ocupação definitiva da Amazônia Ocidental. O PIC-Ouro Preto foi iniciado em 1970 com o objetivo de assentar cerca de 500 famílias, oriundas de uma empresa de colonização, a Calama, onde se iniciara um problema social. Em 1971 surgia o primeiro foco de tensões, com a invasão da Fazenda Muqui, por 96 famílias, oriundas do Centro-Sul. E para solucionar o impasse o INCRA criou o Projeto Sidney-Girão e ali instalou aquelas famílias. Decorridos 5 anos, a situação está totalmente modificada. Aos empreendimentos iniciais do INCRA, sob a pressão do fluxo migratório, foram sendo ocupados outros. Hoje, são 7 projetos de colonização, abrangendo uma área de aproximadamente 2 milhões e 500 mil hectares com capacidade para 22.737 famílias até 1978, tendo já sido assentadas 13.283 famílias. Os 7 projetos de colonização implantados no Território têm capacidade para 22.737 famílias até 1978. E, hoje, já estão assentadas 13.283 famílias. Da média de 5 famílias que diariamente ocorriam ao Território no ano de 1974, estima-se que em 1976 esse número subiu para 30 famílias-dia, ou seja, 150 pessoas-dia, ou 900 famílias-mês. E essa tem sido a média de 1976: 900 famílias por mês, ou sejam 4.500 novos habitantes no Território, cada mês. O crescimento da demanda não pode ser acompanhado pela oferta. Em junho de 1975 o INCRA realizou um levantamento de imigrantes aguardando assentamento num trecho de 500 km, Ariquemes-Vilhena, tendo sido encontradas 7.106 famílias, cerca de 35 mil pessoas, sem terra. A Comissão encarregada do levantamento estimou que não compareceu à entrevista 20% das pessoas. Durante o ano de 76 aumentou consideravelmente o número de imigrantes aguardando terra, estimando-se no momento que existam 15.717 famílias para serem assentadas. Considerando que o INCRA já assentou cerca de 13.283 famílias e pode assentar ou regularizar até o limite de 22.737 famílias, ou seja, mais 9.454 famílias, verifica-se que haverá ainda um déficit de 6.263 famílias sem terra. Para que os senhores Deputados possam avaliar o problema que representa para o Território de Rondônia e para o próprio INCRA esse volume imenso de imigrantes que estão chegando ao Território, apresentarei aqui algumas considerações sobre o movimento migratório: se nós considerarmos a média de 76, de 900 famílias-mês, ou seja, 4.500 pessoas, temos para a administração territorial e para o INCRA os seguintes reflexos: na colonização: 900 famílias por mês representa para o INCRA a obrigação de discriminar 90 mil hectares mensalmente, o que corresponde a demarcar 900 lotes de 500 metros por 2 mil; abrir 225 km de estradas; fornecer sementes, financiamento para custeio, etc. São quem conhece o que representa a demarcação de 900 lotes, trabalho de topografia, a abertura de estradas na selva amazônica, poderá avaliar o que representa a extensão do problema. São 225 km de estradas construídas por mês. Não existiriam em Rondônia nem firmas capazes, nem dinheiro suficiente para atender a essa demanda. Na área de educação a cada mês seriam 2.700 novos escolares. Se considerarmos famílias de três crianças teríamos 2.700 escolares a cada mês. E é bem mais do que, isso, o que implica em construir 45 no-